

PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO DO ÓBITO NEONATAL NO BRASIL

Data de aceite: 03/04/2023

Tonny Venâncio de Melo

**Cleuma Regina Freitas de Almeida
Pontes**

Nara Barbosa de Azevedo

Victor Viana Alves

Gabriel Freitas Duarte

Nubia Kênia Carneiro Silva

Giovanna Sousa Amorim

Kamilla Santos Ribeiro

Egon Helby da Fonseca Batista

Sóya Lélia Lins de Vasconcelos

**Ana Vitória Figueira Fagundes
Gonçalves**

Mônica Alves Queiroz

Vinicius Barbosa Reis

RESUMO: No ano de 2019, o Brasil notificou a redução da mortalidade neonatal, sendo registrado a taxa de 8,5 óbitos para cada 1000 nascidos vivos, sendo a mortalidade neonatal os óbitos de crianças com menos

de 28 dias de vida que comumente são relacionados ao período fetal ou pelo parto. Para a realização deste êxito, programas de saúde, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), publicada no ano de 2015 com o intuito prevenção e vigilância do óbito fetal e infantil. Esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar o impacto das políticas públicas na redução da mortalidade neonatal. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, no modelo descritivo analítico, utilizando as bases de dados Scielo, Pubmed e Periodico Capes com os filtros de idiomas (inglês e português); periodicidade dos últimos cinco anos (2012-2022) e operadores booleanos and e or.

PALAVRAS-CHAVE: Óbito neonatal, vigilância em saúde, programas de saúde

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pôde-se uma redução nos indicadores de mortalidade na infância, no Brasil, obteve uma queda de 77% representando um dos pais com maiores reduções. Nesse sentido, foi criada metas para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

(ODM), sendo a quarta meta a redução da mortalidade que foi alcançada nos três anos de antecedência na agenda mundial. Para a realização deste êxito, programas de saúde, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), publicada no ano de 2015 com o intuito prevenção e vigilância do óbito fetal e infantil (Rosa, 2022).

A mortalidade infantil trata-se dos óbitos de crianças com menos de um ano de idade, sendo a mortalidade neonatal os óbitos de crianças com menos de 28 dias de vida que comumente são relacionados ao período fetal ou pelo parto, sendo dividido em duas classificações, sendo elas: precoce quando ocorre entre 0 a 6 dias de vida e tardia quando ocorre entre 7 a 27 dias (Silva, 2021).

No ano de 2019, o Brasil notificou a redução da mortalidade neonatal, sendo registrado a taxa de 8,5 óbitos para cada 1000 nascidos vivos, sendo essa taxa, em 1990, equivalente a 25,33 óbitos para cada 1000 nascidos vivos (WHO, 2019). Além disso, no ano de 2000, a partir das altas taxas de mortalidade neonatal, o Estado desenvolveu os seguintes programas e estratégias: Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e, mais recentemente, programas como a Rede Cegonha e o QualiNeo (Bernardino 2022).

Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar o impacto das políticas públicas na redução da mortalidade neonatal, além de auxiliar futuras pesquisas sobre a temática com a compilação dos principais tópicos encontrados na literatura.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, sendo uma pesquisa analítica descritiva. Como critério de inclusão, foram utilizados: artigos publicados nas bases de dados Scielo, Pubmed e Medline; com periodicidade dos últimos dez anos (2012-2022); disponíveis nos idiomas inglês, português ou espanhol; com leitura gratuita e integral; relacionados aos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) óbito neonatal, vigilância em saúde, programas de saúde.

RESULTADOS

Programa de Humanização no Parto e Nascimento

Sendo estabelecido pela Portaria n 569, em junho de 2000, com o objetivo principal de estabelecer a saúde da mulher e da criança, através da facilitação do acesso, cobertura e qualidade do pré-natal, assistência ao parto e puerpério às gestantes e aos RNs (Bourguignon, 2020).

Estratégia QualiNeo

Por meio da estratégia QualiNeo, o Ministério da Saúde do Brasil tem como intuito superar o desafio de diminuir a mortalidade neonatal, ofertando apoio técnico às maternidades por meio da qualificação das práticas de gestão e atenção ao RN, ademais, esse programa tem como meta a integração entre os programas do Estado que já são existentes. Além disso, a implementação desta estratégia é de suma importância para a construção de indicadores e a observação das lacunas existentes no serviço, buscando a qualificação da equipe no processo de trabalho e de assistência prestadas aos neonatos (Costa, 2022).

Iniciativa Hospital Amigo da Criança

Nesse sentido, essa iniciativa trata-se de um selo de qualidade disponibilizado pelo Ministério da Saúde às maternidades que segue, o padrão de 10 passos para o sucesso do aleitamento materno, que foram escritos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Outros critérios para a obtenção deste certificado são os cuidados respeitosos e humanizados à família durante os cuidados no pré-parto, parto e puerpério, permitindo os pais acompanharem o RN internando durante todo o dia, além de cumprir a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância.

Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

Esse programa visa a articulação de prestadores de cuidados maternos e neonatais para a melhoria da assistência, para combater a mortalidade materna e neonatal no Brasil. Para aderir a esse pacto, necessita seguir alguns passos, sendo eles: elaborar planos regionais de mitigação dessa mortalidade com a participação da população; estimular debates nos conselhos de saúde; qualificar os profissionais de saúde adequados às normas e ações estratégicas do Pacto; estimular debates na comunidade sobre a temática; Organizar a vigilância epidemiológica e as notificações, tornando-as compulsórias; por fim, os gestores municipais e estaduais devem organizar, em conjunto com o Ministério da Saúde e a sociedade civil, um seminário de pactuação, cuja solicitação ao Ministério poderá ser feita por meio eletrônico ou ofício (Lima, 2020).

Rede Cegonha

No ano de 2011, o Brasil publicou a Estratégia Rede Cegonha com o intuito de disponibilizar uma assistência às mulheres e crianças no ciclo gravídico-puerperal até os dois anos de idade, assegurando todos os direitos deste público, junto com os programas e propostas já publicados a nível nacional. Nesse sentido, esse programa contempla quatro níveis de sistemas importantes para a realização do cuidado, sendo eles: o pré-natal, parto e nascimento, puerpério e a atenção integral à saúde da criança (Vilela, 2021).

CONCLUSÃO

Em suma, pôde-se notar a importância da intervenção do Estado para mitigar taxas de mortalidade evitáveis, além de ser um indicador de qualidade em saúde no país. Ademais, faz-se necessário analisar as taxas e notificar, para que os programas de mitigação de óbitos maternos e neonatais atinjam os principais focos. Outro fator importante para a realização de uma prestação de cuidado humanizado que reduza a mortalidade neonatal evitável, trata-se da não permissão do desmonte de programas já existentes ou de cortes em investimentos na assistência em saúde e nas novas pesquisas acerca da melhoria dos cuidados.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Fabiane Blanco Silva et al. Tendência da mortalidade neonatal no Brasil de 2007 a 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 567-578, 2022.

BOURGUIGNON, Ana Maria; GRISOTTI, Marcia. A humanização do parto e nascimento no Brasil nas trajetórias de suas pesquisadoras. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, p. 485-502, 2020.

COSTA, Jeannette Barros Ribeiro; DE SOUSA, Elisângela Cristina A.; DE OLIVEIRA, Geisa Gabriella Rodrigues. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DO CUIDADO OBSTÉTRICO E NEONATAL, ATRAVÉS DA ESTRATÉGIA QUALINEO EM UMA UNIDADE NEONATAL, SEGUNDO A ÓTICA DE PROFISSIONAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA. **Gep News**, v. 6, n. 1, p. 176-181, 2022.

LIMA, Nayara Silva et al. IMPLANTAÇÃO DO COMITÊ HOSPITALAR DE PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO DA MORTE MATERNA, FETAL E NEONATAL. **ENFERMAGEM: INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE**, v. 1, n. 1, p. 309-318, 2020.

ROSA, Rosiane et al. Experiências e condutas do profissional de saúde frente ao óbito neonatal: Revisão integrativa. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 26, 2022.

SILVA, Henrique Ulysses Pádua et al. Fatores de risco e pontos conexos associados à mortalidade neonatal no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, 2021.

VILELA, Maria Esther de Albuquerque et al. Avaliação da atenção ao parto e nascimento nas maternidades da Rede Cegonha: os caminhos metodológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 789-800, 2021.